

Território e Trabalho na Produção do Espaço Super-Relativo do Capital: o Caso de Parauapebas no Sudeste Paraense

CAROLINE MELO NUNES
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE

ANA MARGARIDA SANTIAGO
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

JOSUE DE LIMA CARVALHO

LUCIANA RODRIGUES FERREIRA

Introdução

O desenvolvimento e a consolidação de um território são permeados por interesses específicos dos indivíduos que lá estão por relações que se entrelaçam por meio do processo do trabalho amparadas pela hegemônica dominação do capital sobre essas estruturas. Essa teia de relações sociais que são vinculadas no território engendram um sistema de associações de poder que definem a dimensão espacial que será o território da permanência e desdobramentos daqueles indivíduos. Assim, este trabalho tem como objetivo geral demonstrar a relação de empregos formais e territórios na linha histórica no período

Problema de Pesquisa e Objetivo

Qual a relação de empregos formais e territórios na linha histórica no período de 2017-2021 no município de Parauapebas e na região Sudeste Paraense?

Fundamentação Teórica

Nas últimas décadas estudos e o interesse em entender o território como um objetivo locacional na construção prática de uma realidade social com braços epistemológicos de diferentes áreas de conhecimento entrelaçam relações sociais e espaciais na compreensão do termo território. Neste cruzamento, delineamos uma possível aproximação conceitual de território com desdobramentos no mundo do trabalho e, sobretudo, na acepção de território enquanto um local de projeção social e relações de trabalho. Santos (2007, p. 144) nos possibilita uma visão abrangente de como o capitalismo produz um duplo efeito

Metodologia

Este estudo molda-se à abordagem qualitativa e de caráter descritivo. A fase de coleta foi pela base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), especificamente, em dados relacionados aos saldos de empregos formais no município de Parauapebas e da região Sudeste Paraense, nos exercícios de 2002 a 2021. A opção por limitar a análise a esses dados deve-se ao fato de constituir uma importante forma de divulgação de dados estatísticos referente ao mercado de trabalho do território de Parauapebas e Sudeste Paraense com a finalidade de demonstrar a expansão da delimitação espacial

Análise dos Resultados

Por uma visão crítica, a expansão de Parauapebas o trabalho é percebido na sociedade capitalista como uma forma estranhada, como um trabalho abstrato baseado para produção de valores de troca para extração de trabalho excedente com a finalidade de propiciar novas e perenes formas de acumulação do capital (MARX, 2013) que representam a alienação do trabalho na sua condição inconsciente da humanidade (MESZÁROS, 2006). Para Santos (2007, p. 144) uma visão abrangente de como o capitalismo produz um duplo efeito no território como “especialização e a alienação espaciais”. O espaço não comparece com

Conclusão

Percebe-se que apesar do contexto pandêmico vivenciados nos últimos dois anos parece-nos que naquela região não houve uma retração econômica. É um ponto de importante observação para analisar as condições territoriais, políticas e econômicas que interferem naquela dada população. A engrenagem econômica notadamente de uma grande companhia revela um descompasso econômico e histórico. Fica-nos a indagação sobre a realidade vivenciada durante a crise sanitária, a aplicação dos procedimentos metodológicos desta investigação não se propôs a responder está indagação. Esta inquietude faz-nos a reflet

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: Repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000. ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. *Territórios em movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva*, Rio de Janeiro: Relume Deumará: Brasília: SEBRAE, 2004. ANDRADE, M. C. *A questão do território no Brasil*. São Paulo, Hucitec; Recife, IPESP, 1995. BARBOSA, Y. M. *As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins*. 1999. 180f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia,

Palavras Chave

Território, Relação Trabalho e Capital, Parauapebas

Território e Trabalho na Produção do Espaço Super-Relativo do Capital: o Caso de Parauapebas no Sudeste Paraense

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é demonstrar a relação de empregos formais e territórios na linha histórica no período de 2017-2021 no município de Parauapebas e na região Sudeste Paraense. Delineamos uma possível aproximação conceitual de território com desdobramentos no mundo do trabalho e, sobretudo, na acepção de território enquanto um local de projeção social e relações de trabalho. Neste contexto, propomos um corte temporal para análise no último quadriênio (2017-2021) para investigar a relação de trabalho-empregos formais existente naquele território a partir do contexto histórico e pandêmico vivenciado. Este estudo molda-se à abordagem qualitativa e de caráter descritivo. Os dados foram coletados na base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), especificamente, em dados relacionados aos saldos de empregos formais no município de Parauapebas e da região Sudeste Paraense, nos exercícios de 2002 a 2021. A análise de dados realizada por meio de estatística descritiva para evidenciar a relação entre os saldos de empregos formais para cada eixo (Parauapebas e Sudeste Paraense). Os resultados da pesquisa apontam para o desenvolvimento espacial do território de Parauapebas como um elemento de maior representatividade na geração de empregos formais durante o quadriênio 2017-2021 como consequência da expansão da produção mineral.

Palavras-Chave: Território. Trabalho. Relação Trabalho e Capital. Parauapebas. ANOVA.

1 INTRODUÇÃO

Há de se tornar que o desenvolvimento territorial, a expansão espacial de determinado local coexiste além dos indivíduos, das instituições do poder legal do Estado, principalmente, um emaranhado de relações sociais. Essas relações por vezes conflituosas, por interesses comuns e antagônicos configuram neste espaço relações de poder e de trabalho. É no território que se materializa a existência humana, os grupos, seus objetivos e interesses, sobretudo, é neste espaço que o trabalho, as suas diversas formas de trabalho são exercidas. A presente pesquisa nasce da aproximação de conceitos teóricos sobre território e o trabalho, são ordenados os conceitos para contextualizar o território e o trabalho.

Para Oliveira e Strassburg (2019), o território apresenta-se como um conceito multidimensional, uma dimensão material caracterizada pelo espaço físico-geográfica e por uma dimensão social, antropológica, econômica e política. São nessas dimensões que se concretizam as relações sociais e de poder. O termo território refere-se a uma categoria geográfica e histórica, é um termo polissêmico, designa uma extensão da superfície, onde vivem indivíduos, grupos sociais e instituições que se conformam de acordo com seus interesses e objetivos (ALBAGLI, 2004).

São agregados as políticas e os programas de assistência social ao conceito de território, são atribuídas dimensões sociais, ambientais, políticas e econômicas para compreensão do território (BARBOSA, 1999; JEZIORNY, 2016; MORAES, 2005; OLIVEIRA, SILVA, 2017). Definir a palavra território é complexo, possui múltiplas dimensões, é compreendido como sinônimo de poder, de diversidade, de identidade (COURLET, 2008). Portanto, o território não é somente uma totalidade sistemática pura ou um grupo de coisas geradas pelo indivíduo, mas sim o local que tem identidade, cultura, sensações de pertencimento e onde é possível movimentar-se. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi (SANTOS, 2000).

É neste contexto que buscamos aproximar o termo território e o trabalho em si. É no território que o trabalho é desenvolvido e exercido, é no território que se configuram as mutações no mundo do trabalho e como dá-se a hegemonia do capital (PERPETUA; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2018). A partir desta aproximação, entendemos que os grupos sociais possuem conflitantes e distintas territorialidades e desenvolvem território contrapostos (PERPETUA, 2016). As relações de poder e a centralidade do trabalho apresentam-se conflituosas, essa tensão configura o conceito de território, essas territorialidades são específicas da trama social estabelecida dando origem a conflitos insolúveis e decorrentes da lógica capitalista, é no território que são invisibilizados a exploração e dominação capitalista do trabalho revelando o território como o espaço de atuação da lógica dominante (PERPETUA; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2018).

O desenvolvimento e a consolidação de um território são permeados por interesses específicos dos indivíduos que lá estão por relações que se entrelaçam por meio do processo do trabalho amparadas pela hegemônica dominação do capital sobre essas estruturas. Essa teia de relações sociais que são vinculadas no território engendram um sistema de associações de poder que definem a dimensão espacial que será o território da permanência e desdobramentos daqueles indivíduos. Assim, este trabalho tem como objetivo geral demonstrar a relação de empregos formais e territórios na linha histórica no período de 2017-2021 no território de Parauapebas e na região Sudeste Paraense.

A pesquisa está estruturada em seções, o Território e o Trabalho: conceitos aproximados como uma breve introdução do ensaio; Território: uma diversidade de conceitos, com uma apresentação de alguns conceitos acerca do território; Território e o Trabalho, uma abordagem do território como dimensão espacial do trabalho e por fim, as Considerações Finais.

2 O TERRITÓRIO E O TRABALHO: CONCEITOS APROXIMADOS

Nas últimas décadas estudos e o interesse em entender o território como um objetivo locacional na construção prática de uma realidade social com braços epistemológicos de diferentes áreas de conhecimento entrelaçam relações sociais e espaciais na compreensão do termo território. Neste cruzamento, delineamos uma possível aproximação conceitual de território com desdobramentos no mundo do trabalho e, sobretudo, na acepção de território enquanto um local de projeção social e relações de trabalho.

Santos (2007, p. 144) nos possibilita uma visão abrangente de como o capitalismo produz um duplo efeito: a “especialização e a alienação espaciais”. O espaço não comparece como uma inerte no capitalismo, sua modificação se dá por um conjunto amplo de vetores: i) a concentração localizada de equipamentos produtivos, uma massa de capital fixo que é requerido para a expansão da acumulação; ii) a atração e integração de trabalhadores aos diferentes processos de reprodução econômica, o que leva ao estabelecimento de uma superpopulação relativa que regula as taxas salariais; iii) as modificações tecnológicas são resultantes do processo de concorrência entre capitais, o que por sua vez modifica o espaço ocupado pelo capital; iv) o território requer um Estado capitalista que organize tanto a intervenção das diferentes frações do capital no espaço, quanto o controle da disputa entre classes sociais, especialmente, a garantia da exploração da força de trabalho. A exploração do território como mais um desdobramento do capitalismo, produzindo um território amoldado à força hegemônica da lógica econômica do capital, transformando o território como a expressão geográfica e espacial de como o modo capitalista imprime a identidade do capital em determinado espaço e o modo de trabalho empregado.

No Brasil, nas últimas décadas, o tema do trabalho ganhou relevância na área de conhecimento da Geografia a partir da análise crítica do marxismo no processo do trabalho e do método dialético-materialista dos estudos geográficos. Esse braço teórico garantiu à

Geografia do Trabalho, uma centralidade política e ontológica nos estudos do trabalho como local, terreno de entendimento do espaço geográfico e dos nexos entre território e relações de trabalho consequentes das mudanças do processo do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Do ponto de vista do termo território, existe uma correlação do trabalho e seus processos produtivos instalados no espaço do território e em seu entorno, a dinâmica do trabalho além de ser o centro da produção de mais-valor (lucro), a realização e a socialização, constituem o espaço de dominação e exploração das relações de trabalho precarizadas a depender de como são apresentadas no território (SANTOS; RIGOTTO, 2011). O território a partir de uma perspectiva concreta é resultado espacial da colisão entre as classes sociais e o capital-trabalho (HAESBAERT, 2007), revela relações de poder e o poder exercido por grupos hegemônicos, poder e território são colocados em foco para consolidação e desenvolvimento de um território (RAFFESTIN, 1993). O trabalho por desdobrar-se no território, seu processo produtivo e as relações sociais advindas da sua organização desenham o espaço onde essa atividade produtiva se desenvolve.

Neste contexto, propomos uma aproximação na acepção de território e do trabalho para desvelar traços decorrentes no entendimento do território e do trabalho, enquanto, resultado da exploração e dominação do capitalismo vigente e da precarização do trabalho em diferentes espaços na construção do território por meio da relação trabalho e capital. Encontramos na literatura uma diversidade de conceitos de território, um entendimento amplo do espaço promovido por relações sociais, como um local de poder e de atores sociais. Um registro de acepções de território com a finalidade de demonstrar os encadeamentos do processo do trabalho no espaço do território.

2.1 Território: uma diversidade de conceitos

Encontramos na literatura uma diversidade de conceitos para compreender o território em si, são cunhados a partir de diferentes identidades teóricas que tentam delinear o território, espaço ou local em distintas e correlacionadas acepções do termo e o repertório teórico revelando ser possível proximidade entre os mesmos.

Na perspectiva da **geografia** relacional, o termo território está relacionado como um dos principais conceitos para compreensão do tema espaço e sociedade e da apropriação do território (EDUARDO, 2006). O termo território, central da geografia, remete-se à espacialidade humana e à interação da sociedade e natureza; no campo da **ciência política** relaciona o espaço de relações de poder e ao estado; **na economia** utiliza espaço como fator locacional na base da produção como uma força produtiva; na **antropologia** na dimensão simbólica concerne aos estudos da sociedade, do lado da **sociologia** o território é compreendido nas relações sociais que nele são experimentadas e na **psicologia** incorpora-se ao estudo da subjetividade e da identidade pessoal refletida ao indivíduo (HAESBAERT, 2006, grifo nosso).

Portanto, um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000).

As centrais definições de território apresentam-se como um espaço delimitado por relações de poder, materializado por um específico substrato e organizado por processos de trabalho implementados sobre um limite espacial delimitado (MONKEN; BARCELLOS, 2005). Ocupado por atores sociais, políticos e econômicos, os quais vinculam a formulação de território também aos simbolismos e sentimentos de pertencimento aos lugares. Desta forma, o território representa o lugar da residência, é o trabalho nele empregado, um lugar de trocas materiais e o próprio exercício da vida (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2019).

Oliveira (2020) sustenta que o território faz parte da conquista do estado, da organização ou do indivíduo, personificando significados, objetivos e pessoas, é uma área de convivência e

vínculos representando a afetividade ao espaço que pertencem, seja para trabalho, moradia ou geração de poder e renda. Diversos acordos – e até conflitos - foram definidos a partir de interesses econômicos, sociais e culturais, estabelecendo limites e ações político-diplomáticas a fim de que o respeito e a autonomia soberana do território fossem reconhecidos ou até mesmo temido. No entanto, vale não confundir território somente como área fronteira, uma vez que relações e desenvolvimento humano e social são reflexos da globalização por estarem em constante transformação.

Para compreensão do território e seus desdobramentos por toda a sua complexidade em traçar um conceito sugere-se uma análise das **populações humanas** e suas problemáticas (SANTOS; RIGOTTO, 2011, grifo nosso); como um espaço que reflete uma **identidade social** e sentimentos de pertencimentos (MEDEIROS, 2009; SOUZA, 2009, grifo nosso). Nesta percepção, é uma extensão da Terra onde indivíduos, organizações privadas e públicas, grupos sociais conjugam e enfrentam relacionamentos pela disputa dos seus interesses e objetivos para perpetuação da espécie (ALBAGLI, 2004). Os estudos na definição do território incorporam uma região, suas capacidades econômica e política, o seu desenvolvimento desta delimitação espacial, as desigualdades sociais e disparidades de renda encontradas no seu entorno (ANDRADE, 1995; COULET, 2008; RAFFESTIN, 1993).

A ideia central é que o território, mais que uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações (ABRAMOVAY, 2000), mas que perdura em percepções, informações e alicerces promovendo a interação entre àqueles que coexistem.

Avançando um pouco mais no delineamento do território nos deparamos com o novo paradigma das políticas, na formulação, na implantação de programas e políticas públicas com a finalidade de **redistribuição da renda**, a desconcentração da atividade produtiva e econômica para desenvolver territórios mais pobres, desta forma, observa-se uma crescente troca de conhecimentos e informações para auxiliar e direcionar o entendimento dos conceitos sobre território amplamente nas dimensões política, econômica, social e ambiental (BARBOSA, 1998; JEZIORNY, 2016; MORAES, 2005; OLIVEIRA, SILVA, 2017, grifo nosso). Assim sendo, o território é uma entidade não material que introduz à vida, à cultura, às experiências, os valores em determinado meio, são as práticas, as expressões materiais e concretas e as suas simbologias que promovem a apropriação e permanência na demarcação de um território (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2019).

A apropriação do território é justificada na origem do termo etimológica da palavra território, do latim terra e *torium* com a significação da terra que pertence a alguém, mas a definição de território não se restringe à esta ideia, vincula-se à apropriação do território, ao empoderamento do local (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2019) das áreas geográficas por processos de ocupação, um espaço de forças, rede de relações sociais num dado momento histórico (ALBAGLI, 2004).

Inicialmente, o conceito de território foi desenvolvido nas áreas das **ciências biológicas**, daí a correlação teórica das relações de poder existentes e definidoras do território. Desde o século XIX, a função do Estado no controle do território, do Estado como organismo vivo, o qual controla, cria meios para sobrevivência e expansão do território (ANDRADE, 1995; BARBOSA, 1998; COSTA, 1989). O território é visto como um espaço essencial para o **desenvolvimento da sociedade**, sem a constituição do território não se pode compreender a potência e solidez do Estado (RATZEL, 1990, grifo nosso). O território por uma abordagem relacional do espaço pode ser a atuação de um indivíduo ou de um grupo de influenciar e controlar outros indivíduos e fenômenos, é controle sobre uma específica área geográfica (SACK, 1986).

Neste panorama, Soares Junior e Santos (2018) contribuem que o território é uma esfera de ação constituído por indivíduos, os quais exercem a sua territorialidade na tentativa de controlar e influenciar pessoas, relações e fenômenos. O território não se constitui apenas por uma delimitação espacial geográfica, mas quando seus limites são pontes para moldar condutas, controlar e formas de poder (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2019).

A palavra território se aproxima da palavra terror, referindo-se ao temor das pessoas não possuírem seu espaço, o território nesta percepção tem uma relação com o poder, seja ele político, de propriedade e de dominação, esfera de poder, de conquista de um espaço para estabelecer relações (HAESBAERT, 2004). Revela relações de poder e processos de acumulação de capital no território exercidas por grupos ou pessoas que apesar de constituírem o poder e o território como autônomos se entrelaçam para consolidar a definição do território (RAFFESTIN, 1993).

Mészáros (2006) corrobora e acrescenta sobre a definição de território delimitado por relações de poder que se desdobram pelo trabalho. O território é resultado da atividade produtiva (SANTOS, 1988) constituindo-se pelas relações de trabalho, como meio e atividade produtiva e de dominação na consolidação do território e permanência das territorialidades (LEFEVRE, 1991). As territorialidades são as formas como se desenrolam a apropriação e manutenção do território por forças e grupos quase antagônicos nos limites da lógica do capitalismo, na disposição e no uso das formas diversas dos recursos (PERPETUA, 2016).

2.2 Território: dimensão espacial do trabalho

Aproximar o conceito de território e a centralidade do trabalho e, por conseguinte, sobre as relações de poder existente no território faz-se necessário perceber as tensões contraditórias que são estabelecidas a partir de distintas territorialidades e na compreensão do conceito território. Alinhar as ideias entre o conceito de território com todas as suas definições e atribuições teóricas e o conceito do trabalho como espaço de desdobramento e consolidação do exercício do trabalho caracteriza o território como um espaço de poder e de relações sociais, interações com o meio e o Estado, um território de dominação da lógica capitalista. Neste contexto, a definição e a correspondência do território aproximam-se do trabalho no sentido de que é no território o trabalho é exercido.

Para Perpetua, Heck e Thomaz Júnior (2018), a temática do trabalho ganhou relevância na Geografia Brasileira, especificamente, do tratamento dado pela Geografia do Trabalho na década de 1980, década marcada pelo marxismo e o método dialético-materialista do estudo da centralidade política e ontológica do trabalho. Nesta abordagem, cada vez mais percebe-se o interesse em investigações para desvelar as ligações entre território e o trabalho como consequência das mudanças no mundo do trabalho, sendo assim acredita-se que no território é um espaço da exploração capitalista do trabalho, de uma invisível dominação e da precarização do trabalho (PERPETUA; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2018). O território é a dimensão espacial que se encontra as formas de organização da dinâmica do trabalho e a relação subjetiva dos trabalhadores, daí a importância de evidenciar o caráter histórico, social e multidisciplinar nas relações de trabalho de como se estabelecem para compreender as implicações dessa dinâmica e processos do trabalho nas mais diferentes análises sob a égide do capital.

Pensadores ampliaram a concepção de poder, o poder acima e abaixo do espaço do Estado, fenômenos produzidos historicamente e pelas relações sociais (FOUCAULT, 1988, 2002) que se encontram aos pensadores que criticaram o paradigma economicista e dominante que reduz os indivíduos conferindo-lhes como sujeitos vivos e ativos de um contexto histórico, portadores de identidade social e subjetividade capazes de experienciar a realidade e capacidade de transformação de mundo (THOMPSON, 1988). Por esta abordagem, o conceito de território renova-se por uma perspectiva relacional e multiescalar do poder traduzidos por fenômenos

sociais que extrapolam a base da Geografia para uma Geografia Crítica focada na análise dos conflitos sociais e antagonismos oriundas do trabalho exercido naquela dimensão espacial (PERPETUA; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2018).

Por esse prisma, o território é concebido como uma parte do espaço geográfico tomado pelas relações de poder no intercâmbio de indivíduos entre si e a natureza exterior evidenciada pela atividade do trabalho (MÉSZÁROS, 2006); esta fração do espaço o território é produto da intervenção da sociedade (SANTOS, 1988) e de relações de poder, de produção, de dominação e de controle para ocultar os antagonismos e conflitos firmados a partir das relações existentes (LEFEBVRE, 1991).

Além da centralidade do trabalho, das relações de poder nos territórios o conceito de território desenvolveu-se por uma perspectiva relacional conflituosa entre o poder e o próprio território e por assim dizer, entre diferentes territórios (PRADO JÚNIOR, 1973; RAFFESTIN, 1993). A multiescalaridade dos territórios consiste nas relações sociais que se define a partir dele, são diferentes escalas superpostas de relações, ou seja, num determinado território uma escala faz parte de outro território em outra escala (PERPETUA; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2018). Desta maneira, os territórios se sobrepõem de forma harmônica e quase sempre conflituosa de acordo com as relações de poder existentes no território. A multiescalaridade refere-se como o modo geográfico de absorver a totalidade como categoria teórica do método de Marx (NETTO, 2011).

Para Braudel (1992), os territórios são constituídos por diferentes e diversos territórios e territorialidades por vivenciarem temporalidades contraditórias e múltiplas de acordo com os interesses dos indivíduos que pertencem ao território. O tempo e a temporalidade são dimensões também a serem consideradas na constituição de um território, pois possuem uma extensão e duração de existência que podem alterar seus limites territoriais, demanda uma visão processual do território na sua territorialização (fazer o território); na desterritorialização (desfazer) ou a reterritorialização (refazer).

A relação histórica, social e produtiva entre o capital e o processo do trabalho consubstanciado por uma específica territorialidade produzido em um território predominado pelo sistema do capital em detrimento do trabalho, enquanto, movimento territorial do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2017). A partir disso, o entendimento dos territórios e a relação capital e trabalho pressupõem nos estudos da dialética e alienação do trabalho para podermos delinear a correlação existente entre território e o trabalho em seu entorno. A dialética concebe a afirmação e negação do trabalho, onde o homem define, regula e controla a natureza. Nesse sentido o trabalho assume como elemento emancipatório do indivíduo; é a condição natural humana independente das formas e relações sociais de troca entre o homem e a natureza (MARX, 2013).

Contudo, o trabalho é percebido na sociedade capitalista como uma forma estranhada, como um trabalho abstrato baseado para produção de valores de troca para extração de trabalho excedente com a finalidade de propiciar novas e perenes formas de acumulação do capital (MARX, 2013) que representam a alienação do trabalho na sua condição inconsciente da humanidade (MÉSZÁROS, 2006). A perda de controle em relação à sua capacidade produtiva, à consciência humana, uma perda de sentido e percepção do trabalho como atividade de um processo maior da consciência humana sobre o labor e suas consequências, apresenta-se como uma das formas reinvenção e aparelho da dominação do capital sobre a força do trabalho, sob o suporte e proteção do capital a dominação dá-se como de forma invisível, escamoteada, inconsciente e dinâmica porque na medida que mudam-se os mecanismos de coerção e relações econômicas do domínio capitalista amoldam-se e sobrepõem-se ao trabalhador cada vez mais (MARX, 2013).

Assim como a dominação do capital e as suas variadas formas de atuação, a exploração da força de trabalho e como se enlaçam as relações sociais como fenômenos sociais todos

possuem uma dimensão espacial, são perpassadas por relações de poder, logo, pela abordagem do território. Neste território reproduz-se o sistema do capital que se consolida por meio da extração do processo do trabalho abstrato, por isso não pago constituindo um território caracterizado pela dominação e a desrealização do trabalho (PERPETUA; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2018).

3 METODOLOGIA

Este estudo molda-se à abordagem qualitativa e de caráter descritivo. A fase de coleta foi pela base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), especificamente, em dados relacionados aos saldos de empregos formais no município de Parauapebas e da região Sudeste Paraense, nos exercícios de 2002 a 2021. A opção por limitar a análise a esses dados deve-se ao fato de constituir uma importante forma de divulgação de dados estatísticos referente ao mercado de trabalho do território de Parauapebas e Sudeste Paraense com a finalidade de demonstrar a expansão da delimitação espacial decorrente do desenvolvimento econômico evidenciado naquela região.

Dessa forma, buscou-se realizar uma série histórica de 2002 a 2021. Este ensaio concentrou-se em analisar o último quadriênio (2017-2021) para investigar a relação de trabalho-empregos formais existente naquele território a partir do contexto histórico e pandêmico vivenciado. De acordo com a observação do comportamento da evolução ou não evolução dos saldos formais de emprego para os dois eixos adotados, a série histórica construída descreveu graficamente duas linhas de tendência uma para o território de Parauapebas e outra para a região Sudeste Paraense. A linha de tendência permitiu o monitoramento sobre as tendências relacionadas aos saldos formais de emprego para os dois eixos.

A análise de dados foi realizada por meio de estatística descritiva para evidenciar a relação entre os saldos de empregos formais para cada eixo (Parauapebas e Sudeste Paraense). Para tanto, desenvolvemos um agrupamento por períodos de tempos, dos quais foram gerados quatro períodos que representam os valores médios (2002-2006, 2007-2011, 2012-2016 e 2017-2021). As médias de cada período foram submetidas a um teste paramétrico de análise de variância ANOVA (*Análise of Variance*) para indicar a variância de cada período em relação às próprias médias representando os desvios padrões alcançados. Neste contexto, verificou-se nos estudos de Girardi, Cargnelutti Filho e Storck (2009) que a análise de variância é uma técnica estatística que compara a variação observada aos tratamentos com a variação ao acaso.

O desvio padrão apresenta-se proporcional ao valor da média para compreender de forma proporcional como cada período comportou-se em relação à variância para atestar as tendências de comportamento do mercado de trabalho pesquisado durante um determinado período de tempo.

A aplicação da ANOVA tem sido utilizada em trabalhos como Nascimento (2011), Fiori e Xavier Sobrinho (2012) e atualmente por Pena e Crivellari (2021), estes trabalhos permitem a observação e comparação de tendências e ou comportamentos em uma dada série histórica.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 O espaço de acumulação mineral na Amazônia no Sudeste Paraense: o caso de Parauapebas

Como já desenvolvido anteriormente a relação entre território, enquanto, espaço de acumulação de capital e as relações de trabalho estão condicionadas por fatores diversos. No caso amazônico, a recente expansão mineral levou ao surgimento e rápido processo de ocupação de amplos territórios, inclusive com a formação de novas urbanidades e força de trabalho

concentrada no espaço. Neste ensaio, analisaremos o caso específico de Parauapebas, no sudeste do Estado do Pará como um exemplo daquilo que denominaríamos de “super espaço relativo do capital”, ou seja, a acumulação capitalista produzindo efeitos de modificação acelerada no espaço e tornando o território totalmente alienado ao capital, como já ponderado por Santos (2007).

A expansão urbana e a evolução demográfica de Parauapebas acompanham os condicionantes econômicos do ciclo de exploração mineral. A relativa desmobilização do formato *companytown* pela Companhia Vale decorreu tanto dos interesses de acumulação de capital daquela empresa quanto pela pressão migratória estimulada pela Estrada de Ferro Carajás, tornando-se fator impeditivo à manutenção do formato isolado do núcleo urbano organizado versus núcleo urbano desestruturado. Por outro lado, os maiores aportes de recursos fiscais e extrafiscais recebidos pela municipalidade de Parauapebas definiu, do mesmo modo, a ruptura com os padrões analisados por Becker.

Aspecto inicial, já bastante discutido, refere-se ao poder de atração migratória dos projetos minerais como historicamente se tem denotado. Monte-Mór (2005, p. 430) ressalta, por exemplo, que a “economia mineradora dos Setecentos” gerou forte migração interna e externa e deslocou o centro da economia colonial para o Sudeste. Mesmo que tratemos na atualidade de um tipo totalmente diferente de economia mineradora intensiva em bens de capital, porém o dinamismo cíclico produz forte poder de atração migratória como observado no intenso processo de urbanização do município de Parauapebas.

Tabela 1 - Evolução população urbana e rural em Parauapebas (1991/2010)

Anos	Urbana	Rural	Total	Urbanização (%)
1991	27.443	25.892	53.335	51,45
1996	38.842	24.721	63.563	61,11
2000	59.239	12.352	71.591	82,75
2007	118.847	14.451	133.298	89,16
2010	138.690	15.218	153.908	90,11

Fonte: IBGE, Censo Demográfico e PNAD (2010).

Convém notar que o intenso fluxo migratório se concentra em quase sua totalidade na área urbana do município, mesmo que o aspecto contraditório refere-se a pequena área territorial que restou ao município para expansão urbana em função da Floresta Nacional Carajás. A redução da população rural reflete dois aspectos centrais: i) as oportunidades de empregos gerados no setor de serviços urbanos de menor qualificação, porém de maior renda média e; ii) a baixa renda média do setor agropecuário.

Uma das consequências desse aspecto diz respeito ao fenômeno classificado por Becker (2005) de “superurbanização”, o que a geógrafa caracteriza como algo típico nas municipalidades amazônicas. Uma das consequências dessa hiperurbanização é a resultante expansão periférica da estrutura urbana da cidade, algo visível em Parauapebas no processo de conformação de novos bairros muito rapidamente, expandindo o gradiente citadino e ocasionando, do mesmo modo, grande especulação com o solo urbano. A acelerada expansão econômica (acumulação de capital) das últimas três décadas não somente produziu um “super espaço relativo” na região amazônica como tornou Parauapebas o centro de uma nova região de expansão capitalista que deveremos desenvolver tendo como tônica a relação entre território e relações de trabalho de empregos formais.

4.2 Relação de trabalho-empregos formais no território de Parauapebas

Apresentamos uma linha histórica dividida em quatro períodos de 2002 a 2021, conforme Quadro 1. A presente pesquisa concentra-se em demonstrar e discutir a relação entre a média e o desvio padrão do trabalho-empregos formais do município de Parauapebas e o Sudeste Paraense no último quadriênio nos anos de 2017 a 2021.

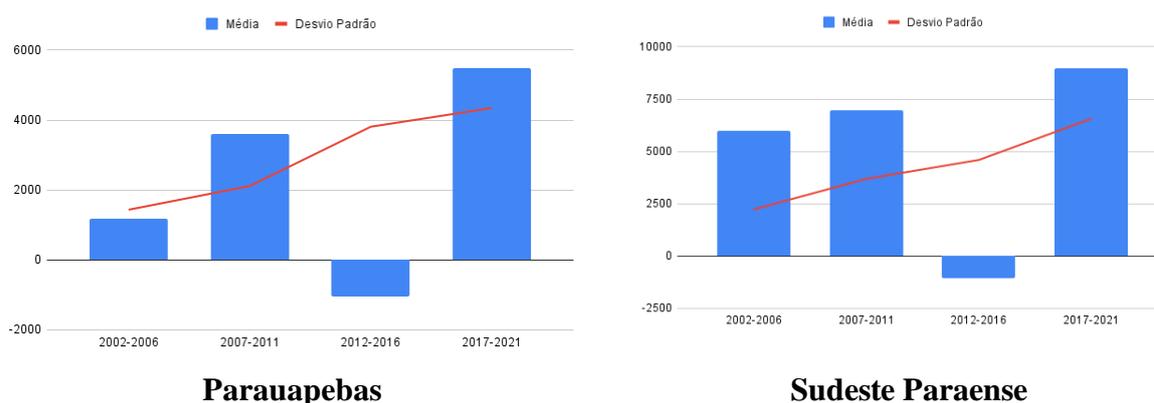
Quadro 1 – Relação entre a média e o desvio padrão (em proporção) do saldo de empregos formais em relação ao período.

Parauapebas	2002-2006		2007-2011		2012-2016		2017-2021	
	Média	Desvio Padrão						
	1.172	1,225	3.610	0,585	-1.048	3,634	5.481	0,793
Sudeste Paraense	2002-2006		2007-2011		2012-2016		2017-2021	
	Média	Desvio Padrão						
	5.994	0,371	6.978	0,528	-1.070	4,292	8.979	0,731

Fonte: Novo Caged (2022).

Nota-se a importância de estudar o contexto histórico desses territórios, principalmente, o último quadriênio pela ocorrência da crise sanitária mundial – COVID 19 ocorrida em 2020. Esta pandemia afetou os territórios comprometendo as relações de trabalho e desenvolvimento socioeconômico e espacial. A média do município de Parauapebas no quadriênio 2017-2021 foi de 5.481 e desvio padrão 0,793 em comparação ao Sudeste Paraense a média foi 8.979 e desvio padrão 0,731 demonstrando que o município de Parauapebas apresenta uma maior representatividade de trabalho-empregos formais quando comparado com o grupo de territórios que compõe o Sudeste Paraense, o mesmo acontece com o desvio padrão revelando uma tendência de heterogeneidade das amostras. Conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Comparativo entre a média e o desvio padrão do saldo de empregos formais em Parauapebas e no Sudeste paraense.



Fonte: Novo Caged (2022).

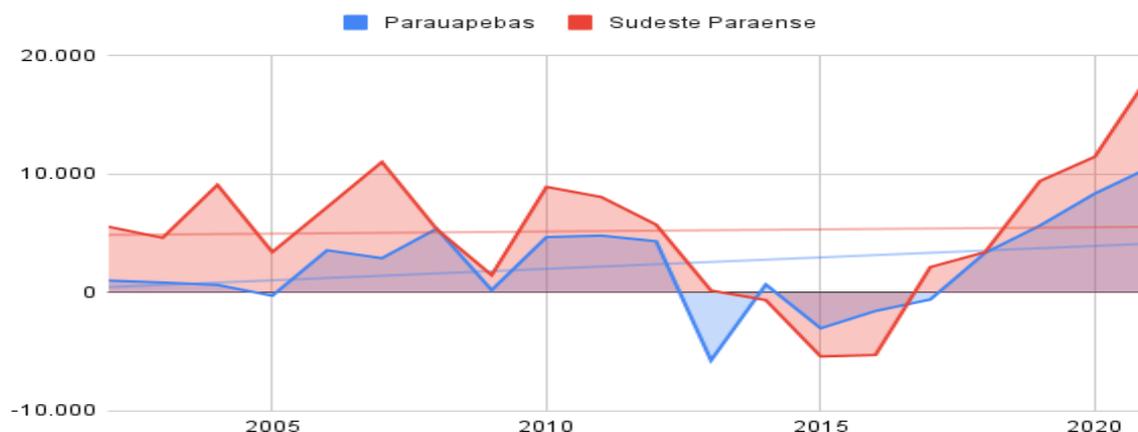
O Gráfico 1, o território de Parauapebas apresenta uma maior representativa de trabalho-empregos formais quando comparado com o Sudeste Paraense no quadriênio 2017-2021. Esta maior representatividade deve-se, provavelmente, como consequência da instalação e manutenção da *companytown* pela Companhia Vale como um espaço de acumulação mineral na Amazônia estimulada pela Estrada de Ferro Carajás tornando-se um núcleo isolado urbano organizado. Neste território, reproduz-se o sistema do capital que se consolida por meio da

extração do processo do trabalho abstrato, por isso não pago constituindo um território caracterizado pela dominação e a desrealização do trabalho (PERPETUA; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2018). Como observado por Becker (2005) no fenômeno da superurbanização como consequência resultante no processo de conformação de novos bairros muito rapidamente, expandindo o gradiente citadino e grande especulação com o solo urbano. A acelerada expansão econômica (acumulação de capital) das últimas três décadas não somente produziu um “super espaço relativo” na região amazônica como tornou Parauapebas o centro de uma nova região de expansão capitalista.

O território de Parauapebas denominado pela expansão ocorrida como um “super espaço relativo do capital”, ou seja, a acumulação capitalista produzindo efeitos de modificação acelerada no espaço e tornando-o totalmente alienado ao capital (SANTOS, 2007). Esta representatividade frente ao Sudeste Paraense caracteriza Parauapebas como uma parte do espaço geográfico tomado pelas relações de poder no intercâmbio de indivíduos entre si e a natureza exterior evidenciada pela atividade do trabalho (MÉSZÁROS, 2006); esta fração do espaço o território é produto da intervenção da sociedade (SANTOS, 1988) e de relações de poder, de produção, de dominação e de controle para ocultar os antagonismos e conflitos firmados a partir das relações existentes (LEFEBVRE, 1991).

O visível desenvolvimento e expansão do território de Parauapebas apesar da retração econômica decorrida pela pandemia do COVID-19, o quantitativo da geração de emprego formal parece-nos não ter ocorrido, haja vista, a sua representatividade no território do Sudeste Paraense. Resta-nos uma indagação sobre essa questão, pois a presença e instalação de projetos minerais naquela região gera uma forte migração interna e externa e o deslocamento do centro da economia colonial para o Sudeste como preconiza Monte-Mór (2005). Por esta abordagem, Oliveira (2020) sustenta que o território faz parte da conquista do Estado, da organização ou do indivíduo, personificando significados, objetivos e pessoas, representa a afetividade ao espaço que pertencem, seja para trabalho, moradia ou geração de poder e renda. Diversos acordos – e até conflitos definidos a partir de interesses econômicos, sociais e culturais. No entanto, vale não confundir território somente como área fronteiriça, uma vez que relações e desenvolvimento humano e social são reflexos da globalização por estarem em constante transformação.

Gráfico 2 – Série histórica em números absolutos de empregos formais gerados em Parauapebas e no Sudeste Paraense.



Fonte: Novo Caged (2022).

O Gráfico 2 indica a série histórica no período de 2005 a 2020 de números absolutos de empregos formais nos territórios de Parauapebas e Sudeste Paraense. Evidencia-se no gráfico que Parauapebas no quadriênio analisado de 2017 a 2021 apresentou uma evolução da série

histórica em números absolutos de empregos formais, assim como, uma evolução no Sudeste Paraense. No território de Parauapebas, revela-se que ano de 2021 a geração de números absolutos de empregos formais alcança 10.000, indica para um território urbanizado e organizado constituído, também, por trabalhadores de outras áreas de atuação que garantem a infraestrutura, o aparelhamento econômico do espaço territorial por meio das diversas atividades econômicas e financeiras pertinentes naquele território como por exemplo serviços administrativos, comércios, escolas, bancos e, em especial, os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e toda a estrutura do Estado voltado para amparar a organização socioeconômica de Parauapebas. O território do Sudeste Paraense acompanha uma evolução ainda maior na geração de empregos formais no mesmo período, percebe-se que toda a estrutura em torno do território de Parauapebas prioriza, tendência para uma maior geração de empregos formais. O território organiza-se para dar conta do espaço de acumulação mineral, como consequência da hiperurbanização (BECKER, 2005) como resultado da expansão periférica da estrutura do território de Parauapebas.

Nesta abordagem, percebe-se os efeitos ocorridos pela expansão do território e o interesse em desvelar as ligações entre território e o trabalho como consequência das mudanças no mundo do trabalho e na organização deste território como um espaço da exploração capitalista do trabalho, de uma invisível dominação e da precarização do trabalho (PERPETUA; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2018).

Por uma visão crítica, a expansão de Parauapebas o trabalho é percebido na sociedade capitalista como uma forma estranhada, como um trabalho abstrato baseado para produção de valores de troca para extração de trabalho excedente com a finalidade de propiciar novas e perenes formas de acumulação do capital (MARX, 2013) que representam a alienação do trabalho na sua condição inconsciente da humanidade (MESZÁROS, 2006). Para Santos (2007, p. 144) uma visão abrangente de como o capitalismo produz um duplo efeito no território como “especialização e a alienação espaciais”. O espaço não comparece como uma inerte no capitalismo, sua modificação se dá pela concentração localizada de equipamentos produtivos, pela atração e integração de trabalhadores aos diferentes processos de reprodução econômica, pelas modificações tecnológicas são resultantes do processo de concorrência entre capitais e por fim, o território requer um Estado capitalista que organize tanto a intervenção das diferentes frações do capital no espaço quanto o controle da disputa entre classes sociais e na garantia da exploração da força de trabalho.

A relação de trabalho e a expansão territorial vivenciadas em Parauapebas evidenciam a presença maçante da lógica dominante que estimula e se beneficia ao longo de anos daquele território a partir da exploração da força de trabalho e do processo migratório desordenado com a finalidade de constituir riqueza. Portanto, um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000).

Deste modo, o território não se constitui apenas por uma delimitação espacial geográfica, mas quando seus limites são pontes para moldar condutas, controlar e formas de poder (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo território remete-se à espacialidade humana e a interação da sociedade na consolidação da dimensão espacial a partir das relações de poder que lá se entrelaçam e se estabelecem no decorrer do desenvolvimento de um território. O conceito de território é polissêmico com diferentes acepções teóricas e, sobretudo, o território diz respeito à identidade dos indivíduos que pertencem ao território, assim como, o processo do trabalho e a forma como

são conduzidas as relações econômicas e políticas que traduzem o tempo e a composição de um território.

O presente ensaio faz um breve delineamento com as percepções acerca do termo território e trata a dimensão espacial como onde se desenvolve a hegemonia do capital e o trabalho em si. Nesta aproximação teórica, é no território que se desenvolve as relações sociais e como define-se o processo do trabalho. É o substrato, a dimensão que são estabelecidas as relações de poder e a estrutura do sistema do capital e seus desdobramentos.

A relação de trabalho-empregos formais e a expansão do território de Parauapebas demonstram uma evolução na geração de empregos formais no quadriênio 2017-2021. Fica evidente a representatividade do território de Parauapebas frente à concentração espacial do Sudeste Paraense. A instalação e manutenção da atividade exploração mineral provocou o desenvolvimento, a organização e expansão territorial naquela região com consequências da transformação do espaço territorial e de reprodução econômica das relações de trabalho remodelando o espaço amazônico como um todo a partir do atual ciclo mineral e exportador brasileiro.

Percebe-se que apesar do contexto pandêmico vivenciados nos últimos dois anos parecem que naquela região não houve uma retração econômica. É um ponto de importante observação para analisar as condições territoriais, políticas e econômicas que interferem naquela dada população. A engrenagem econômica notadamente de uma grande companhia revela um descompasso econômico e histórico.

Fica-nos a indagação sobre a realidade vivenciada durante a crise sanitária, a aplicação dos procedimentos metodológicos desta investigação não se propôs a responder está indagação.

Esta inquietude faz-nos a refletir sobre o desenvolvimento do território mediante à exploração mineral, as condições sociais e econômicas vivenciadas pela dada população e o imbricamento da relação de trabalho-empregos formais e à expansão da espacialidade de Parauapebas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: Repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade, *In*: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva**, Rio de Janeiro: Relume Deumará: Brasília: SEBRAE, 2004.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo, Hucitec; Recife, IPESP, 1995.

BARBOSA, Y. M. **As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins**. 1999. 180f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BECKER, B. K. Dinâmica Urbana na Amazônia. *In*: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

COURLET, C. **L'Économie Territoriale**. França: Presses Universitaires de Grenoble, 2008.

EDUARDO, M. F. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

- FIORI, T. P.; XAVIER SOBRINHO, G. G. F. Trajetórias do emprego Formal no Rio Grande do Sul em 2011: uma análise a partir dos dados da RAIS e do CAGED. **Indic. Econ. FEE**, v. 39, n. 4, p. 103-114, 2012.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GIRARDI, L. H; CARGNELUTTI FILHO, A.; STORCK, L. Erro tipo IE poder de cinco testes de comparação múltipla de médias. **Rev. Bras. Biom**, v. 27, n. 1, p. 23-36, 2009.
- HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. *In*: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- JEZIORNY, D. L. Território, innovación y desarrollo rural. El caso del território brasileiro del Vale dos Vinhedos. **Revista Internacional de Sociologia**, v. 74, Jul.-Sep., 2016.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. London: Blackwell Publishing, 1991.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço e identidade. *In*: SAQUET, M. A; SPOSITO, S. (orgs.). **Território e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular. 2009, p. 217-228.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 898-906, maio-jun. 2005.
- MONTE-MÓR, R. L. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. *In*: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- MORAES, A. C. **Território e História no Brasil**, 2. ed., São Paulo: Annablume, 2005.
- NASCIMENTO, P. A. M. M. Há escassez generalizada de profissionais de carreiras técnico-científicas no Brasil? uma análise a partir de dados do CAGED. Mercado de Trabalho, **IPEA**, v. 49, nov. 2011.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NOVO CAGED. Cadastro geral de empregados e desempregados: CAGED. Brasília: MTE, 2022.
- OLIVEIRA, N. M. Território: contributo sobre distintos olhares. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 9, n. 17, p. 43-62, mar. 2020.

- OLIVEIRA, N. M. de; STRASSBURG, U. TERRITÓRIO: contributo sobre distintos olhares. **SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Ilhéus - BA, 21 a 25 de julho de 2019.
- OLIVERIA, A. R. S.; SILVA, C. H. Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 49, p. 411-426, 2017.
- PENA, A. S.; CRIVELLARI, H. M. T. Mercado de trabalho dos bibliotecários, arquivistas e museólogos: uma análise a partir dos dados do CAGED. **Inf. Pauta**, v. 6, p. 2525-3468, maio, 2021. Número especial.
- PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2016.
- PERPETUA, G. M.; HECK, F. M.; TOMAZ JUNIOR, A. Território, trabalho e saúde do trabalhador: uma aproximação necessária. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 38, n. 1, p. 27-48, 2018.
- PRADO JÚNIOR, C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. **Discurso**, ano IV, n. 4, p. 41-78, 1973.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. Geografia do homem: (antropogeografia). *In*: MORAES, Antônio Carlos (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.
- SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, A. L.; RIGOTTO, R. M. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, p. 387-406, 2011.
- SANTOS, M. **Economia Espacial**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SANTOS, M. **O espaço geográfico como categoria filosófica**. São Paulo, n. 5, 1988.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SOARES JÚNIOR, A. Q.; SANTOS, M. A. A Territorialidade e o Território na Obra de Robert David Sack. **Geografia (Londrina)**, v. 27, n.1, p. 7-25, 2018.
- SOUZA, M. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M.A e SPOSITO, S. (orgs.). **Território e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular. 2009, p. 57-72.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora, desterração e os sujeitos transcendentais/resistência no século XXI. 2017b. 303f. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2017.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do trabalho. **Revista Pegada**, v. 3, p. 4-17, ago. 2002. Número especial.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.